

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.381 - RS (2019/0297622-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : FABRICIO ANTONIO LORANDI PINHEIRO
ADVOGADO : FABRÍCIO ANTÔNIO LORANDI PINHEIRO - RS102171
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JONAS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Jonas dos Santos** – preso preventivamente, em **1º/9/2019**, porque supostamente praticou o delito de tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei n. 11.343/2006), ao transportar **87,6 Kg de maconha, além de um rádio comunicador**, em veículo automotor no trajeto Bento Gonçalves a Caxias do Sul/RS (fl. 94) –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que denegou a ordem lá impetrada (*Habeas Corpus* n. 70082718719/RS), mantendo decisão do Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Caxias do Sul/RS (Autos n. 010/2.19.0012187-2).

Esta, a ementa do acórdão impugnado (fl. 90):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, os agentes públicos receberam informação de que um determinado veículo realizaria o transporte de considerável quantidade de maconha. Ao visualizarem o veículo, foi determinada ordem de parada, momento em que encontraram cerca de 87kg de maconha, distribuídos em 114 tijolos, além de um rádio comunicador, tudo a evidenciar, com segurança, a presença dos pressupostos justificadores da prisão preventiva. . Em seguida, o condutor teria afirmado que estaria transportando a droga, e que um indivíduo o informaria o local de entrega, onde receberia a quantia de R\$500,00. Predicados pessoais favoráveis por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória. Inviável o exame aprofundado das provas em sede de habeas corpus. Elementos contidos no expediente autorizam a manutenção da segregação. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto. Da mesma forma, eventual pedido de nulidade sequer foi enfrentado na origem, não havendo que se falar em uso indevido de algemas, intempestividade da audiência de custódia e eventual incompetência do juízo processante, sob pena de supressão de instância. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de

Superior Tribunal de Justiça

execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.
ORDEM DENEGADA.

Alega a parte impetrante, em síntese, que o constrangimento ilegal decorre de decisão que, mediante fundamentação inidônea – pois apoiada somente na gravidade abstrata dos delitos –, decretou a prisão preventiva do paciente (fls. 3/29).

Aduz que *o caso dos autos não deixa dúvida que o juízo competente para processar e julgar, todos os atos processuais, é o da Comarca de Farroupilha, pois consta na ocorrência policial que o veículo foi abordado próximo da empresa Tramontina* (fl. 8).

Para o impetrante, a audiência de custódia foi realizada somente 3 dias após a prisão em flagrante, *o que é totalmente ilegal, uma vez que a audiência de custódia deve ocorrer em 24h, constadas do momento da prisão* (fl. 13).

Sustenta o impetrante que o paciente *foi mantido, durante a audiência de custódia, utilizando algemas durante a realização da solenidade, em prol da segurança da casa prisional* (fl. 15).

Postula, em liminar e no mérito, a expedição do competente alvará de soltura a fim de que seja o paciente posto em liberdade (fls. 3/29).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o alegado constrangimento **não** se apresenta com a nitidez imprimida na inicial sobretudo porque o juízo singular fez menção ao fato de que o paciente foi flagrado, em veículo automotor, com expressiva quantidade de entorpecentes (**87,6 Kg de maconha**), além de um rádio comunicador (fls. 64/66), logo, a cautelar é cabível *para manutenção da ordem pública, forte nos mandamentos dos arts. 312 a 313, I, ambos do Código de Processo Penal* (fl. 65).

Superior Tribunal de Justiça

Ilustrativamente: [...] *São idôneos os motivos invocados pelo Juízo de origem para fundamentar a ordem de prisão do paciente, diante da gravidade concreta da conduta em tese perpetrada* [...] (RHC n. 108.354/PR, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 10/4/2019).

Inclusive, inexistindo pronunciamento do Tribunal *a quo* acerca de temas dispostos neste *writ* – suposto uso indevido de algemas; alegada localização equivocada da comarca do delito; e demora para a realização da audiência de custódia –, *mostra-se inviável o conhecimento da questão, sob pena de indevida supressão de instância* (HC n. 428.526/PE, da minha Relatoria, Sexta Turma, DJe 2/10/2019).

Afora isso, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, *por si sós, garantirem ao Paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão* (HC n. 480.175/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 1/10/2019).

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Igualmente: HC n. 470.455/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 19/2/2019; e RHC n. 95.408/RJ, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 14/2/2019.

Com essas considerações, não tendo, por ora, configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Caxias do Sul/RS e à autoridade apontada como coatora, particularmente acerca da situação atual do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

